

PORTARIA N° 2/2026

Publicada em 19/01/2026 no Diário Eletrônico do TCE-PR n° 3597, p. 46.

Procedimento de Apuração Preliminar n° 2/2026

CONSIDERANDO a Instrução de Serviço n° 71/2021, que regulamenta o Procedimento de Apuração Preliminar no âmbito do Ministério Público de Contas do Paraná;

CONSIDERANDO o dever do Ministério Público de Contas na promoção da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais no âmbito do controle externo da gestão pública;

CONSIDERANDO as informações relevantes contidas na Notícia de Fato n° 61/2025 que apontam para possível irregularidade dos atos praticados pelo servidor Roberto Carlos de Lima, da Prefeitura Municipal de Guaíra, consistentes na realização de horas extra de forma habitual e acima do legalmente permitido.

RESOLVE:

I - Instaurar Procedimento de Apuração Preliminar – PAP n° 2/2026, no intuito de verificar a ocorrência de irregularidades na concessão de horas extraordinárias, uma vez que os registros funcionais evidenciam a prestação habitual e reiterada de jornada suplementar acima do limite máximo de duas horas diárias previsto no art. 71, §1º, da Lei Municipal n° 1.246/2003, sem justificativas individualizadas que demonstrem situação excepcional ou necessidade temporária.

II - Nos termos do art. 9º, parágrafo único da Instrução de Serviço n° 71/2021, ficam os integrantes do Núcleo de Análise Técnica do Ministério Público de

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ **Gabinete da Procuradoria-Geral**

Contas autorizados a promover todas as diligências necessárias ao pleno esclarecimento dos fatos e à instrução do Procedimento, podendo, inclusive, solicitar informações e documentos, por quaisquer meios de comunicação, resguardadas as competências exclusivas dos membros do Ministério Público de Contas para a produção de prova testemunhal e para firmar requisições.

III - Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias úteis para apresentação do relatório conclusivo sobre os fatos objeto de apuração.

Publique-se, registre-se e autue-se.

Curitiba, 14 de janeiro de 2026

Gabriel Guy Léger
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas